

## FAZER A ABOLIÇÃO DE NOVO

Roberto Mangabeira Unger

Façamos a Abolição outra vez. A primeira Abolição não resultou na emancipação econômica e educacional dos libertos. A segunda Abolição é para corrigir esse malogro fatal de nossa história, superado em sua gravidade apenas pelo próprio mal da escravatura. Só a partir dessa correção é que criaremos nós, os brasileiros de hoje, condições para que possa o Brasil ser útil à humanidade e a si mesmo. Tenhamos claros o problema, o perigo, a tarefa e a oportunidade.

O problema é que a injustiça racial continua a campear entre nós. Ao campear, envenena tudo em nossa vida nacional. Negros ganham muito menos do que brancos. Ocupam, com grande desproporção, os lugares mais subalternos e humilhantes na sociedade brasileira. A única coisa que sempre foi, e continua a ser, barata no Brasil é o trabalho de negro ou de negra. Pouco adianta discutir se são menos remunerados apenas porque ocupam as funções mais baixas ou também porque são tratados desigualmente mesmo quando desempenham as mesmas funções que seus pares brancos. A desigualdade dos acessos aos meios da qualificação é tão radical que permite à discriminação -- quase sempre evasiva e ambivalente entre nós -- esconder-se atrás do disfarce do tratamento igual.

É certo que essa injustiça se manifesta de maneira diferente de como se manifestaria em países que evitaram a miscigenação racial e o sincretismo cultural. Como a fórmula tradicional dos relacionamentos entre as pessoas no Brasil foi a sentimentalização das trocas desiguais -- a mistura insistente da troca, da prepotência e da afeição --, as relações entre as raças foram também banhadas nesse elixir. Para o bem e para o mal.

O perigo é que nos deixemos seduzir por duas respostas erradas à problemática da Abolição inacabada. O primeiro erro seria interpretar o peso da miscigenação e a autoridade da tolerância no Brasil como êxito em alcançar a democracia racial. Democracia racial é projeto, não

realidade, do povo brasileiro.

O segundo erro seria seguir o caminho dos Estados Unidos ao desvincular a reação contra a injustiça de raça da luta contra a injustiça de classe. O resultado dessa separação lá foi uma política que ajudou a construir uma burguesia negra mas que deixou a massa de negros pobres e desqualificados sem meios, sem lideranças e sem rumo. Imitar no Brasil esse exemplo dos Estados Unidos significaria contentar-nos com a coexistência de movimentos negros que se deixam marginalizar, em troca de concessões que mantêm intocada a estrutura econômica do país, e uma sociedade branca que prefere homenagear o politicamente correto a mudar o Brasil.

Melhor exemplo é o que os Estados Unidos, no Sul derrotado, tentaram fazer logo após a Guerra Civil, só que por pouco tempo e sem suficiente respaldo político: vincular a superação da discriminação racial a esforço de reconstrução econômica.

Nossa tarefa é dar conteúdo prático a tal vinculação agora no Brasil. E fazê-lo graças à combinação de duas linhas de ação: uma, superficial e contestadora; a outra, profunda e reconstrutora. A contestação é para atacar o mecanismo que faz da distribuição desigual de oportunidades econômicas e educativas o meio para a reprodução da injustiça racial: usar o direito e os tribunais para exigir primeiro das maiores escolas e das maiores empresas, e depois de empresas e escolas menores, que recrutem brasileiros negros e mestiços. E que ajudem, quando necessário, a qualificá-los. A falta de candidatos qualificados, longe de servir como justificativa, define tarefa que as maiores organizações privadas do país devem compartilhar com o Estado brasileiro.

A reconstrução é para mudar na raiz as instituições e as práticas que impedem o aprofundamento da igualdade de oportunidades. Limiteme a exemplos que dizem respeito à reforma do ensino. O mesmo princípio aplica-se, porém, à reforma da economia. Organizar procedimentos para consertar, por meio de iniciativa conjunta do governo federal, dos Estados e dos Municípios, redes de escolas locais que tenham caído, repetidamente, abaixo do mínimo aceitável de

qualidade. Identificar entre as crianças pobres, desproporcionalmente negras, as mais talentosas e esforçadas. E dar a elas apoios econômicos abrangentes e chances acadêmicas extraordinárias. Fazer delas vanguarda, baseada do mérito, de uma maioria que se agitará para seguir-lhes o caminho. E ir ao encontro dos milhões que se mostrarem incapazes de responder a esses incentivos -- muitos aprisionados dentro de famílias desestruturadas e desesperadas. Para isso, acrescentar aos programas sociais de transferência de recursos (como a Bolsa Família) ações destinadas a capacitar os indivíduos e a organizar as comunidades.

A oportunidade que a nova Abolição abre para o país resulta de duas circunstâncias. Uma vem de longa data. A outra representa marca do Brasil de nossos dias. O fato duradouro é nosso pendor para o sincretismo: a mistura de gente guarda continuidade com a junção de culturas. Nosso equívoco tem sido confundir o sincretismo com solução, quando é apenas instrumento. O fato contemporâneo é a transformação do país por obra de uma classe média que emerge de baixo, como beneficiária da mobilidade social e portadora da disposição para arriscar e para empreender. Um país que combina sincretismo cultural e mobilidade social tem tudo para fazer a Abolição de novo. E, ao fazê-la, para exemplificar o que o mundo todo busca.

Nosso país está predestinado a engrandecer-se sem imperar. Para que esse destino se consume, porém, terá a nação de unir-se. E, para unir-se, aprender a enfrentar, sem medo nem rancor, e por sucessivos atos de despojamento e de desassombro, o legado da escravatura africana. Se fizer isso, o povo brasileiro fará justiça a si mesmo. Passará a aceitar-se pelo que é e pelo que pode vir a ser. Deixará de temer sua própria grandeza.

Roberto Mangabeira Unger é Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos.